

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 14.09.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

- . PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS
- . Prova do Campeonato Nacional de Escalada de Bloco (Soure/Dezembro 2012)
 - Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure – Núcleo de Escalada

Ponto 5. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO
- 5.1. Accionamento das Cauções Prestadas
- 5.2. Execução de Trabalhos para Correção de Defeitos
 - Escolha do Procedimento Prévio

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . APOIO AO DESPORTO
- . Campeonato do Mundo de Jovens - Xadrez /Eslovénia
 - Instituto Pedro Hispano

Ponto 7. **ACÇÃO SOCIAL** – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . APOIO À REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS
- . Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)
 - Protocolo de Colaboração
 - . Adenda - Prorrogação do Prazo de Execução

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

Ponto 8. PROTECÇÃO CIVIL

- . Federação dos Bombeiros do Distrito de Coimbra
 - Agradecimento

Ponto 9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO

- . RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais
 - Proc. N.º 26/2012
 - . Isenção do Pagamento de Taxa(s)

Ponto 10. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . Projecto Tecnológico de Banda Larga - PT Comunicações, S. A.
- . Projecto Tecnológico IPTV - Freguesia de Degraças
 - Ocupação de Espaço Público com Equipamento
 - Alteração de Linhas

Ponto 11. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Recuperação de IVA // 2010 e 2011
 - Escolha do Procedimento Prévio

Ponto 12. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Gestão da Frota Automóvel
 - Escolha do Procedimento Prévio

Ponto 13. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Lei 49/2012, 29 de Agosto
- . Estatuto do Pessoal Dirigente
 - Adequação da Estrutura Orgânica
 - . Proposta

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

Ponto 14. RECURSOS HUMANOS

. SIADAP // 2013

- Objectivos Estratégicos

Ponto 15. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012

. Apreciação de Propostas de Alteração -11.ª/11.ª - .

Ponto 16. ANAFRE (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS)

- Projecto de Lei N.º 320/XII/2.ª – Reorganização Administrativa do
Território das Freguesias

Ponto 17. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

17.1. Projecto de Lei N.º 320/XII/2.ª – Reorganização Administrativa do Território
das Freguesias

17.2. Programa “Prós e Contras”

17.3. Proposta de Lei que Altera a Lei de Delimitação de Sectores

- Parecer

Ponto 18. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando a(s) seguinte(s) informação(ões):

*** CULTURA**

- No dia 01 de Dezembro, estivémos presentes em dois aniversários....

No 25.º Aniversário da Associação da Granja do Ulmeiro... assistimos e participámos em algumas das iniciativas que integraram o Programa Comemorativo, sendo que se constatou uma significativa afluência... Observe-se que, numa delas, foi realizada uma, a nosso ver, justa homenagem a antigos dirigentes.

Marcámos igualmente presença, no 26.º Aniversário do Centro Social e Cultural Sampedrense... O Programa Comemorativo incluiu várias iniciativas culturais, que contaram sempre, tanto quanto nos foi possível observar, com um número muito significativo de associados e não associados presentes.

- Eu próprio e a Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, também assistimos, na Granja do Ulmeiro, ao lançamento de um livro escrito por uma pessoa do Concelho... A Câmara Municipal, normalmente, tem vindo a estimular/acarinhavar estes “escritores” concelhios, participando nos custos da edição, através da aquisição de um conjunto de exemplares que depois “seguem” para a Biblioteca Municipal e para as Escolas do Concelho...

- No dia 09 de Dezembro, participámos num almoço de final de época organizado pela Sociedade Filarmónica Recreativa e Beneficente Vilanovense.

*** DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- No dia 08 de Dezembro, assistimos ao encerramento da Campanha Desportiva 2012, da Secção Columbófila da Casa do Povo de Soure.

*** ACÇÃO SOCIAL**

No dia 01 de Dezembro, estivémos presentes no 70.º Aniversário da IPSS da Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia de Vinha da Rainha. O programa comemorativo integrou algumas acções culturais, tendo as mesmas registado uma significativa afluência da população.

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “esta época natalícia é um período de muitas iniciativas. Gostaria de dizer que representei e acompanhei o Senhor Presidente em algumas dessas iniciativas.”

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “nos dias 10, 11, 12 e 13 de Dezembro, decorreu no Salão do Centro Paroquial de Soure, o Espectáculo de Natal que aprovámos na Reunião de Câmara de 23 de Novembro de 2012. Este Espectáculo foi dirigido a todas as crianças do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo. Mais uma vez, foi integralmente criada, pela equipa de animação da Biblioteca Municipal uma história, personagens e cenários. Este ano, o tema da história foi *“Mas Afinal onde está o Verdadeiro Espírito do Natal?”* Este tema foi articulado com a acção que está a decorrer diariamente na Biblioteca Municipal dirigida a todas as Escolas, sobre um livro muito conhecido: *“O Príncipezinho”*, de Antonie de Saint-Exupéry. A mensagem principal, quer da acção diária na Biblioteca Municipal, quer do Espectáculo de Natal, é que “o essencial é invisível aos olhos”, uma mensagem que se cruza com o Espírito de Natal e que valoriza a amizade, a solidariedade, a partilha e os afectos. Teve também a participação já habitual dos utentes da APPACDM de Soure. No final do Espectáculo foram distribuídas as prendas que também aqui aprovámos. Procurámos oferecer uma prenda que também fosse útil, concretamente uma mochila. Consideramos que se enquadra no espírito natalício, que privilegia o essencial face ao acessório.

No dia 05 de Dezembro, estive presente no Jardim de Infância de Soure para um encontro com o Escritor António Vilhena, que veio a convite do Jardim de Infância. Acção semelhante ocorreu também no Jardim de Infância e na EB1 do Sobral, mas com o Escritor António Mota. Todo este programa que temos de Promoção da Leitura é extremamente visível nas Escolas e, portanto, está-se a valorizar muito a vinda de Escritores, vinda essa promovida pelo Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure.

No âmbito da política de proximidade, estive presente, no dia 01 de Dezembro, no jantar convívio promovido pelo Rancho Folclórico da Freguesia de Tapeus.

No dia 13 de Dezembro, estive presente, em Coimbra, na Gala organizada pela Orquestra Clássica do Centro para assinalar os seus onze anos de actividade. Nesta data, a Orquestra Clássica do Centro decidiu agradecer e distinguir Instituições e Pessoas que a têm apoiado. A Câmara Municipal de Soure foi uma das Instituições distinguidas pelo facto de termos promovido, nos últimos anos, algumas acções, com a Orquestra, designadamente, concertos dirigidos à população em geral e também concertos pedagógicos dirigidos aos mais pequenos. Também organizámos concertos, nos quais participaram os músicos da Orquestra Clássica do Centro, juntamente com os músicos das nossas cinco filarmónicas.”

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 14.09.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. -----

**Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
. PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS
. Prova do Campeonato Nacional de Escalada de Bloco (Soure/Dezembro 2012)
- Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure – Núcleo de Escalada**

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

**ASSUNTO: EDUCAÇÃO/ ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
. PROJECTOS ESCOLARES / OUTROS APOIOS
. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARTINHO ÁRIAS DE SOURE - NÚCLEO DE ESCALADA
- PROVA DO CAMPEONATO NACIONAL DE ESCALADA DE BLOCO (SOURE/DEZEMBRO 2012)**

O Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure tem um Núcleo de Escalada que funciona desde 2004/2005.

A Câmara Municipal aprovou, em reunião de 16.03.2006, um apoio à construção de uma estrutura artificial de Escalada, colocada no Pavilhão Desportivo Municipal da Encosta do Sol, que reforçou a prática daquela modalidade desportiva e melhorou os níveis de participação dos alunos envolvidos os quais têm vindo a obter boas classificações nos Campeonatos Distritais, Regionais e Nacionais em que têm participado.

Face aos resultados obtidos, o Núcleo de Escalada do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure (NESoure) tem vindo a participar em múltiplas iniciativas de âmbito nacional e internacional, as quais têm sido apoiadas pela Câmara Municipal.

Em 2007, o NESoure passou a integrar a Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada (FPME).

Em reunião de Câmara de 31.01.2008, foi aprovada a atribuição de um Voto de Louvor ao NESoure, pelo mérito da sua actividade. Este Núcleo passou também a ser apoiado, a partir de

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

Janeiro de 2008, no âmbito do Apoio ao Funcionamento na área do Desporto, conforme decorre da Tabela de Apoios aprovada anualmente.

Actualmente, o NESoure conta com 45 elementos (25 dos quais federados).

À semelhança de anos anteriores, o NESoure vai organizar uma Prova do Campeonato Nacional de Escalada de Bloco, a decorrer nos dias 15 e 16 de Dezembro de 2012. Participam nesta prova 120 atletas de todo o País

Habitualmente, para esta iniciativa, a Câmara Municipal tem prestado o apoio logístico solicitado, designadamente ao nível de transporte de materiais e equipamentos necessários.

Este ano, foi também solicitado um apoio financeiro para fazer face a despesas essenciais, designadamente, no que toca à alimentação dos participantes.

Neste quadro, considerando a importância do envolvimento numa Escola do Concelho na organização de uma iniciativa de cariz nacional, propõe-se que, no âmbito do Apoio a Projectos Escolares, previsto nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2012 -, na Área da Educação, a Câmara Municipal autorize o seguinte apoio, no valor correspondente a \approx 30% do custo estimado relativo a despesas essenciais:

- **Prova do Campeonato Nacional de Escalada de Bloco (Soure/Dezembro 2012)**
 - . Custo Estimado \approx 600 € **Valor do Apoio \Rightarrow 180 €.**

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

2012.12.07

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno. -----

Ponto 5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: - Desporto e Tempos Livres

- **Construção de Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro**
 - **Acionamento das cauções prestadas**
 - **Execução dos trabalhos para correção de defeitos**

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do parecer jurídico prestado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado deste Município e informação da chefia de divisão de Obras Públicas e Municipais, em anexo, propõe-se:

1. O acionamento das cauções prestadas, designadamente seguro-caução Apólice n.º 201106123 de 30.11.2011, no valor de 42.951,01€ e as retenções efetuadas nos pagamentos, a título de caução, no montante de 41.017,09€.
2. A realização dos trabalhos constantes da lista também em anexo à presente informação, no valor estimado de **83.872,08€**, por empreitada, com recurso ao ajuste direto e consulta às seguintes entidades:
 - Submerci – Construção e Urbanização, Lda.;
 - Betvias – Pavimentações e Obras Públicas, Lda.;
 - Salta Regra, Lda.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe Divisão O.P.M.)
2012.12.06

e

assunto: Execução de trabalhos não concluídos. Accionamento das cauções prestadas.

processo: Construção do Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro

empreiteiro: Construções Alberto Vasco, SA e Torricentro 2 – Construção e Obras Públicas, SA

Relativamente à questão colocada sob análise jurídica somos a informar o seguinte:

Em 13/08/2012, realizou-se vistoria à obra supra referida, tendo-se lavrado auto no qual consta que *"a mesma não se encontra, na sua totalidade, concluída e executada de harmonia com as regras técnicas e arte aplicáveis e com observância do que estabelecem o projecto, caderno de encargos, contrato e alterações acordadas posteriormente, anexando-se a este auto uma relação das anomalias detectadas, razão por que consideram que a obra não está em condições de ser recebida provisoriamente (...)"*

Mais se fez consignar no auto, que *"é concedido ao empreiteiro um prazo de 30 dias para conclusão dos trabalhos não recebidos."*

O auto foi assinado pelos representantes do dono da obra e do consórcio adjudicatário.

Em 31/08/2012, por deliberação do executivo camarário, foi homologado o referido auto.

Através do ofício datado de 06/09/2012, recebido em mão na mesma data, foi o auto notificado ao consórcio adjudicatário.

De acordo com a informação do Chefe de Divisão de Obras Públicas, o prazo para apresentação de eventuais reclamações ao auto (n.º3 artigo 345º CCP), terminou em 20/09/2012, sem que fossem apresentadas reclamações.

Também o prazo para execução dos trabalhos não recebidos (30 dias) terminou em 21/10/2012, sem que os mesmos tivessem sido executados. Os valores dos trabalhos que falta concluir estimam-se em 83.872,08€.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

Ora, nos termos do n.º5 do artigo 395 do CCP “No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam, no todo ou em parte, a recepção provisória da mesma, a especificação de tais defeitos no auto nos termos do disposto na alínea a) do n.º2 é acrescida da declaração de não recepção da obra ou da parte da mesma que não estiver em condições de ser recebida e dos respectivos fundamentos.”

Por seu lado o artigo 396.º do CCP dispõe que “O auto que declare a não recepção da obra, no todo ou em parte, em virtude de defeitos da obra detectados na vistoria é notificado ao empreiteiro, sendo-lhe concedido um prazo razoável para os corrigir. O prazo fixado para correcção de defeitos da obra que se revele necessária após a realização de vistoria não começa a contar antes do decurso do prazo para apresentação de reclamação ou reservas pelo empreiteiro ou da decisão do dono da obra que sobre elas incida. Se a correcção dos defeitos ordenada não for executada no prazo fixado, o dono da obra pode optar pela execução dos referidos trabalhos, directamente ou por intermédio de terceiro, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 2 a 4 do artigo 325.º.”

Já o artigo 296.º do mesmo diploma prevê que “As cauções prestadas pelo co-contratante podem ser executadas pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

- a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no contrato;
- b) Prejuízos incorridos pelo contraente público, por força do incumprimento do contrato;
- c) Importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

A execução parcial ou total de caução prestada pelo co-contratante implica a renovação do respectivo valor, no prazo de 15 dias após a notificação pelo contraente público para esse efeito.”

No mencionado contrato de empreitada, o empreiteiro prestou caução no valor de €42.951,01, mediante seguro-caução Apólice n.º201106123 de 30/11/11.

Mediante retenções efectuadas nos pagamentos, encontra-se retido a título de caução o montante de €41.017,09

O beneficiário das cauções é a Câmara Municipal de Soure.

O referido seguro caução foi emitido na condição de ser liquidado a simples solicitação do beneficiário, não lhe sendo oponíveis quaisquer factos.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do n.º3 do artigo 396.º do Código da Contratação Pública, deve a Câmara Municipal de Soure, na qualidade de dono da obra, deliberar mandar efectuar, por conta do empreiteiro, as obras ordenadas e mencionadas no auto e que não foram, no prazo concedido, efectuadas por aquele.

Para o efeito, deverão ser accionadas as cauções prestadas, nomeadamente seguro-caução Apólice n.º201106123 de 30/11/11 no valor de €42.951,01 e as retenções efectuadas nos pagamentos, a título de caução, no montante de €41.017,09, tudo até ao valor do orçamento das obras necessárias executar.

15 de Novembro de 2012
À consideração superior
(Edgar J. Domingues, Dr.)
Jurista

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

c

Assunto: - Desporto e Tempos Livres

- Construção de Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro

- Receção provisória – Correção de defeitos

Relativamente ao tema em assunto, considerando o seguinte:

1. Em 13.08.2012 foi efetuada vistoria aos trabalhos realizados no âmbito da empreitada em assunto, para efeitos de receção provisória da obra;
2. Durante aquela vistoria foi constatada, pelos respetivos intervenientes, a existência de diversas anomalias, razão porque a mesma não foi considerada em condições de ser recebida provisoriamente, tendo o respetivo auto sido assinado pelos mesmos – o representante do consórcio adjudicatário e o representante do município;
3. Em simultâneo, no mesmo auto, foi concedido ao adjudicatário um prazo de 30 dias para correção dos defeitos encontrados;
4. A listagem de defeitos/anomalias identificados encontra-se em anexo e o valor estimado para a sua correção totaliza 83.872,08€;
5. O auto de vistoria em causa foi homologado em reunião do executivo de 31.08.2012 e notificado ao representante do consórcio em 06.09.2012;
6. De acordo com o n.º3 do art. 345-º do CCP, o prazo para apresentação de eventuais reclamações ao auto é de 10 dias, tendo o mesmo terminado em 20.09.2012;
7. Após esse dia inicia-se a contagem do prazo para execução dos trabalhos (30 dias), tendo este terminado em 21.10.2012, sem que os mesmos tenham sido iniciados;

Solicitamos o competente parecer jurídico.

(Mário Monteiro, Eng.º)

(Chefe Divisão O.P.M.)

2012.11.12

5.1. Accionamento das Cauções Prestadas

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Accionamento das Cauções Prestadas, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

5.2. Execução de Trabalhos para Correção de Defeitos

- Escolha do Procedimento Prévio

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo com consulta, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. APOIO AO DESPORTO

- . Campeonato do Mundo de Jovens - Xadrez /Eslovénia**
- Instituto Pedro Hispano**

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. APOIO AO DESPORTO - INSTITUTO PEDRO HISPANO

- Campeonato do Mundo de Jovens - Xadrez (Eslovénia / Novembro 2012)

A Academia de Xadrez Pedro Hispano - Soure tem vindo a desenvolver uma actividade regular e sistemática, potenciadora de um conjunto de competências pessoais e sociais, para além de uma saudável ocupação dos tempos livres dos jovens que a frequentam.

A qualidade da sua dinâmica tem vindo a ser reconhecida por diferentes Instituições, entre elas a Câmara Municipal de Soure e a Federação Portuguesa de Xadrez. Esta Academia está também incluída no Apoio Regular ao Funcionamento da Câmara Municipal.

O Instituto Pedro Hispano é, actualmente, Escola de Referência Desportiva de Xadrez.

O jovem **João Vasco Reis Vicente**, membro da já aludida Academia e Campeão Nacional de Sub-16, participou no CAMPEONATO DO MUNDO DE JOVENS - XADREZ, que decorreu na **Eslovénia de 08 a 18 de Novembro de 2012**.

Neste quadro, considerando a importância do envolvimento numa Escola do Concelho, concretamente de um Múncipe de Soure... que a sua participação em iniciativas de carácter desportivo de âmbito Internacional, não só honrou e prestigiou o nosso Concelho, como o nosso País, propõe-se que, no âmbito do Apoio ao Desporto, previsto nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2012, a Câmara Municipal autorize o seguinte apoio, no valor correspondente a $\approx 30\%$ dos custos estimados da participação:

- CAMPEONATO DO MUNDO DE JOVENS - XADREZ (Eslovénia - 08 a 18 de Novembro de 2012)

* Custo Estimado $\approx 1.230\text{€}$ Valor do **Apoio** $\Rightarrow 370\text{€}$

Este apoio poderá constituir mais um estímulo à continuação da participação deste jovem Xadrezista em competições, quer nacionais, quer internacionais.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

2012.12.06

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno. -----

- Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**
- . **APOIO À REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS**
 - . **Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)**
 - **Protocolo de Colaboração**
 - . **Adenda - Prorrogação do Prazo de Execução**

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

- ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL - APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**
- . **APOIO À REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS**
 - . **Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)**
 - **Protocolo de Colaboração**
 - . **Adenda -Prorrogação do Prazo de Execução**

O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) foi criado pelo Despacho N.º6716-A/2007, de 5 de Abril, com alterações introduzidas pelo Despacho N.º3293/2008, de 11 de Fevereiro.

Este Programa tem por base uma política social de desenvolvimento das condições de vida das **peessoas idosas**, nomeadamente através da **melhoria do conforto das suas habitações**, por forma a permitir que estas permaneçam, o mais tempo possível, no seu meio habitual de vida.

O PCHI visa a qualificação habitacional com o objectivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário, de forma a prevenir e a evitar a institucionalização.

A **qualificação habitacional** pode passar, quer por melhorias ao nível de **obras no edifício**, quer por melhorias ao nível da **aquisição de equipamento** indispensável.

Este Programa resulta de uma parceria entre a Segurança Social e os Municípios, concretizando-se mediante a celebração de Protocolos, com a duração de 12 meses, com possibilidade de renovação por igual período.

No âmbito destes Protocolos de Colaboração, cabe à Segurança Social suportar os encargos com os materiais necessários à intervenção habitacional, até ao montante máximo de 3.500€ por habitação. Cabe aos Municípios executar e acompanhar as obras de recuperação e de melhoramento.

Os destinatários deste Programa devem cumprir os seguintes requisitos:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

- Ter 65 anos ou mais;
- Ter um rendimento mensal, por pessoa do agregado familiar, que não ultrapasse os 419,22€ (Valor do Indexante dos Apoios Sociais - IAS);
- Viver em casa própria ou viver, há pelo menos 15 anos, numa casa que não tenha registo de propriedade e onde não paga renda;
- Precisar de melhorias na casa e/ou precisar de equipamento para melhorar o seu conforto;
- Ser utente de uma IPSS, nas valências de Apoio Domiciliário ou Centro de Dia;
- Morar sozinho ou com:
 - . Outra(s) pessoa(s) idosa(s);
 - . Familiar(es) com deficiência;
 - . Crianças e Jovens com menos de 18 anos;
 - . Adultos que sejam estudantes e não tenham rendimentos de trabalho nem estejam a receber subsídios por não estarem a trabalhar.

Em Reunião de Câmara de 15.03.2012, foi deliberado aprovar a ratificação da subscrição do Protocolo de Colaboração com o Instituto de Segurança Social, IP, no âmbito do PCHI, assunto já abordado na Reunião de Câmara de 14.10.2011. Este **Protocolo, subscrito em 30.12.2011**, pelo **período de 12 meses**, prevê o **financiamento** de intervenções nas habitações dos idosos, num **montante máximo global de 28 000€**.

A partir desta data, o **Gabinete de Acção Social Municipal**, em articulação com a **Rede Social do Concelho**, designadamente das IPSS, procedeu à **sinalização das pessoas** com necessidade de qualificação habitacional, quer ao nível de obras no edifício, quer ao nível da aquisição de equipamento.

Para o efeito, têm vindo a decorrer Visitas Domiciliárias, de acordo com a Cláusula 4.ª do Protocolo, para instrução dos correspondentes Processos de Candidatura, nos termos da legislação aplicável a este Programa.

De acordo com esta sinalização, verificou-se, até ao momento, a existência de 9 (nove) Agregados Familiares que reúnem os requisitos definidos na ambiência legal atrás aludida, bem como de 2 (dois) Agregados que não se enquadram naqueles requisitos (ANEXO I).

A instrução de cada um dos Processos é extremamente morosa, complexa e exigente ao nível da documentação prevista, designadamente, a obtenção dos documentos comprovativos da titularidade do direito de propriedade sobre a habitação a intervir.

Todo este procedimento envolve um trabalho Técnico que exige a articulação entre os diferentes Parceiros da Rede Social, designadamente, o Serviço Local de Acção Social, as IPSS e os Serviços de Acção Social, de Aprovisionamento e também de Obras e Urbanismo do Município.

Neste quadro, constatou-se que a morosidade decorrente da formalização dos Processos de Candidatura poderia colocar em risco a sua conclusão até ao final de Dezembro de 2012, data da validade do Protocolo subscrito com Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP), pelo que **foi solicitada a prorrogação do prazo de execução do mesmo por mais 6 meses**.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

Esta prorrogação foi autorizada pelo ISS, IP, que enviou uma Adenda ao Protocolo já celebrado, pelo que se propõe que a Câmara Municipal delibere autorizar a subscrição da mesma.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
11.12.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despacho
de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição da Adenda ao Protocolo. -----

Ponto 8. PROTECÇÃO CIVIL

- . Federação dos Bombeiros do Distrito de Coimbra
- Agradecimento

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO

- . RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais
- Proc. N.º 26/2012
- . Isenção do Pagamento de Taxa(s)

Foram presentes as seguintes informações:

**ASSUNTO: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS
DO MUNICÍPIO DE SOURE**

- Emissão do alvará de licença de construção
- Prospergália, S.A.
 - * Pedido de emissão do alvará de licença para construção de edifício destinado a balneoterapia
 - * Isenção do pagamento da taxa

A entidade acima identificada é titular de um processo relativo a um pedido de licenciamento (Processo n.º 26/2012) para construção de um edifício destinado a balneoterapia nas Termas do Bicanho, freguesia de Samuel.

No âmbito deste processo requereu a emissão do alvará de licença de construção.

Solicita também a isenção do pagamento das respetivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 2.460€.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, ao abrigo do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, poderá ser concedida a isenção de taxas devidas pela ocupação do espaço público.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

Assim, sugere-se ainda que, face ao interesse que o investimento reveste para o concelho, se possa equacionar a aprovação da isenção solicitada.

À Consideração Superior
Maria José Carvalhão – Engª Civil
Chefe de Divisão G.U.P.
12.12.2012

DESPACHO
Deferido, de acordo c/ a informação da
Sr. Chefe de Divisão da G.U.P.
À Reunião de Câmara para Ratificação.
O Vereador*
(Mário Jorge Nunes)
12.12.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo
Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despacho de 06.11.2009.

e

assunto: Licenciamento para Nova construção de Balneoterapia

processo: 26/2012

requerente: Prospergalia S.A.

local: Bicanho – Samuel

Assunto: Isenção de Taxas

Relativamente à questão colocada sob análise jurídica somos a informar o seguinte:

Através do requerimento referido em epígrafe, vem, a sociedade Prospergalia S.A., solicitar a isenção de taxas devidas pelo licenciamento das termas do Bicanho – Samuel.

A matéria das isenções subjectivas das taxas municipais, encontra-se regulada no artigo 25.º e 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Soure (RLCTM).

No presente caso o requerente é uma sociedade comercial, ou seja, uma pessoa colectiva de direito privado mas que não se insere no grupo das entidades, passíveis de isenção do pagamento de taxas, previstas no artigo 25.º do RLCTM.

Também não se verifica uma situação de isenção objectiva.

No entanto, para além das isenções e entidades, referidas no supra mencionado artigo 25.º, prevê o artigo 26.º do RLCTM a possibilidade de concessão de outras isenções totais ou parciais, mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

Em face do exposto somos de parecer que:

Ao abrigo do artigo 26.º do RLCTM poderá ser concedida, à sociedade Prospergalia S.A., a isenção de taxas devidas pelo licenciamento das Termas do Bicanho, desde que por deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

12 de Dezembro de 2012
À consideração superior,
(Edgar J. Domingues, Dr.)

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes. -----

Ponto 10. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . Projecto Tecnológico de Banda Larga - PT Comunicações, S. A.
- . Projecto Tecnológico IPTV - Freguesia de Degracias
 - Ocupação de Espaço Público com Equipamento
 - Alteração de Linhas

Foram presentes as seguintes informações:

ASSUNTO: Pedido de ocupação do espaço público com equipamento e alteração de linhas

A Portugal Telecom pretende instalar novos equipamentos de telecomunicações suportados em fibra óptica, genericamente designados equipamentos multiserviços, de modo a disponibilizar novos serviços de telecomunicações (ADSL2+, IPTV) nas áreas de Degracias, Casais de São Jorge, Mocifas da Nazaré e Mocifas de Santo Amaro.

Com a realização deste investimento consegue-se:

- Melhoria do acesso à internet com o serviço **ADSL2+**, que é uma tecnologia de comunicação de dados que permite o acesso à Internet, com velocidades que podem chegar aos 24 Megabit's por segundo, muito superior ao atualmente disponibilizado (perto de 1 Mbps).
- Um novo método de transmissão de sinais televisivos, **IPTV**, que permite o acesso ao serviço da PT Comunicações ([MEO](#)), que inclui serviço fixo de telefone sem assinatura, chamadas ilimitadas dentro da rede PT, internet de banda larga com tráfego ilimitado e serviço de TV com possibilidade de personalizar canais, o que atualmente não é disponibilizado por nenhum operador naquela freguesia.

Para o efeito solicitam autorização para colocar um armário com as dimensões em mm 1350 (altura) x 1300 (largura) x 500 (profundidade), numa ponta do espaço de lazer junto ao polidesportivo das Degracias, e alteração de linhas aéreas de modo a suprimir a linha que atravessa o polidesportivo.

Em 21 de novembro de 2012, realizou-se uma reunião no local da obra, ou seja, junto ao polidesportivo das Degracias, estando presentes por parte da Câmara, a Eng^a Maria José e o Eng^o Vitor Miranda e por parte da Portugal Telecom o Eng^o Alfredo Cândido acompanhado de um fiscal.

Analisámos no local as alternativas possíveis para as linhas novas a instalar.

Considerando:

- 1 – A informação do Sr. Eng^o Vitor Miranda referindo os benefícios para a população local usufruindo de novos serviços de telecomunicações;
- 2 – As reuniões previamente realizadas entre a Telecom e a Junta de Freguesia das Degracias;
- 3 – A informação jurídica de suporte que conclui que a competência para aprovação é do Sr. Presidente da Câmara Municipal;

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

Sugere-se que se autorize a implantação do equipamento em espaço público condicionado a que seja revestido a madeira e com as alterações nas linhas acordadas na reunião realizada no local, ou seja, sem linha aérea sobre a casa mortuária.

Maria José Carvalhão – Eng^a
Chefe de Divisão de G.U.P.
03.12.2012

e

Assunto: Licenciamento de obras particulares
Freguesia de Degracias
Req. 19/2012/20092012 – PT Comunicações, SGPS, S.A.
Implantação de equipamentos de telecomunicações

Por indicação superior, foi efetuada uma análise ao solicitado no requerimento nº 19/2012/20092012, pela empresa PT Comunicações, SGPS, S.A., relativo à instalação de equipamentos de telecomunicações, na localidade e Freguesia de Degracias, com o intuito de disponibilizar novos serviços e telecomunicações, nas áreas de Degracias, Casais de São Jorge, Mocifas da Nazaré e Mocifas de Santo Amaro, nomeadamente:

- **ADSL2+**, tecnologia de comunicação de dados que permite o acesso à Internet, a velocidades que podem chegar aos 24 Megabit's por segundo, muito superior ao atualmente disponibilizado (perto de 1 Mbps);
- **IPTV**, novo método de transmissão de sinais televisivos, que permite o acesso ao serviço da PT Comunicações (MEO), que inclui serviço fixo de telefone sem assinatura, chamadas ilimitadas dentro da rede PT, internet de banda larga com tráfego ilimitado e serviço de TV com possibilidade de personalizar canais, o que atualmente não é disponibilizado por nenhum operador naquela freguesia.

Deste modo, tendo em consideração os benefícios para a População local, quer em termos de qualidade do atual serviço prestado, bem como da possibilidade de usufruir de novos serviços, e a existência de um prévio acordo com a Junta de Freguesia de Degracias, tratando-se de uma solução de reduzido impacto, considera-se que se deve autorizar a instalação dos equipamentos propostos.

À Consideração Superior
O Técnico Superior
(Vitor Miranda, Eng.º Eletrotécnico)
26.11.2012

e

**Assunto: Procedimento de comunicação prévia – alojamento de rede de comunicações electrónicas
- Projecto Tecnológico IPTV – Degracias**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

A PT, através de comunicação com o registo de entrada nº 11800, de 20 de Setembro de 2012, vem comunicar a realização de infra-estruturas de comunicações electrónicas, identificadas na memória descritiva, na área da freguesia de Degraças.

DO DIREITO:

É considerada «**Rede de Comunicações Electrónicas**» os sistemas de transmissão e, se for o caso, os equipamentos de comutação ou encaminhamento e os demais recursos que permitem o envio de sinais por cabo, meios radioeléctricos, meios ópticos, ou por outros meios electromagnéticos, incluindo as redes de satélites, as redes terrestres fixas (**com comutação de circuitos ou de pacotes, incluindo a Internet**) e móveis (...). – vide alínea x) do artº 3º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas).

São «**Infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas**», redes de tubagens, postes, condutas, caixas, câmaras-de-visita, armários ou edifícios, respectivos acessórios e quaisquer infra-estruturas associadas que sejam passíveis de ser utilizadas para o alojamento ou manutenção de cabos de comunicações electrónicas, equipamentos ou quaisquer recursos de redes de comunicações, bem como dispositivos de derivação, juntas ou outros equipamentos necessários à transmissão de comunicações electrónicas naquelas redes. –cfr. alínea h) do artº 3º do Decreto-Lei nº 123/2009.

O Dec. Lei nº 123/2009, de 21 de Maio, estabelece o regime aplicável à construção de infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, à instalação de redes de comunicações electrónicas e à construção de infra-estruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios, sem prejuízo do regime aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas previsto na Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, nomeadamente as disposições que, por força da mesma, são aplicáveis ao acesso a condutas, postes, outras instalações e locais detidos pela concessionária do serviço público de telecomunicações.

O artº 7º do Decreto-Lei nº 123/2009 estipula, no seu nº 1, que a construção por empresas de comunicações electrónicas de infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, fora do âmbito das operações de loteamento, de urbanização ou edificação, regem-se pelo presente decreto-lei, bem como pelo procedimento de comunicação prévia previsto nos artigos 35º, 36º e 36-A do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro.

A comunicação prévia é dirigida ao Presidente da Câmara Municipal nos termos do nº 1 do artº 35º do Dec.lei nº 555/99, de 16 de Dezembro.

A partir da recepção da comunicação prévia, **a Câmara Municipal tem vinte (20) dias para**, se assim o entender, de forma escrita e fundamentada:

- a) **Determinar o adiamento da instalação e funcionamento** das infra-estruturas pela referida empresa, por um período máximo de 30 dias, quando, por motivos de planeamento e de execução das obras, pretenda condicionar a intervenção à obrigação de a anunciar de modo que outras empresas manifestem a sua intenção de aderir à intervenção;

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

- b) **Rejeitar a realização da obra** quando existam infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, pertencentes ao domínio público, nas quais exista capacidade disponível que permita satisfazer as necessidades da empresa requerente, ou, quando se verifique que a obra viola as normas legais e regulamentares aplicáveis. – cfr. nº 3 do artº 7º do Dec.Lei nº 123/2009 e artº 36º do Dec.Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro.

É competente para a prática daqueles actos inerentes à comunicação prévia, o Presidente de Câmara, com faculdade de delegação nos vereadores e de subdelegação nos dirigentes dos serviços municipais, de acordo com o nº 1 do artº 36º do Dec.Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro.

À Superior Consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
23-11-2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Alteração das Linhas, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 11. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Recuperação de IVA // 2010 e 2011**
- Escolha do Procedimento Prévio**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS

**PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE IVA DOS ANOS DE 2010 E 2011
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Pela sua natureza institucional, as Câmaras Municipais são sujeitos passivos de IVA relativamente a uma parte da sua actividade, na qual é possível recuperar o imposto suportado nos custos incorridos, adoptando para o efeito um ou ambos os métodos de dedução previstos no Código do IVA: Afetação Real ou Prorata.

O Município de Soure segue a metodologia da Afetação Real relativamente ao serviço de venda e abastecimento de água, pelo que já efectua a dedução do IVA suportado no desenvolvimento dessa actividade. Mas existem actividades dentro do âmbito de aplicação de IVA nas quais o Município não efectua qualquer dedução.

Relativamente às despesas que não podem ser directamente imputadas a um dos sectores - com IVA ou isento -, despesas de carácter comum, o Município de Soure não recupera qualquer montante de IVA.

Entendemos que relativamente a estes gastos é possível recuperar IVA, com base na ponderação do peso das operações com IVA sobre o total das operações, excluindo aquelas que não correspondem ao exercício de uma actividade económica - método do Prorata.

Este processo de recuperação de IVA obrigaria à constituição de uma equipa de trabalho, constituído por elementos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, e que face às suas tarefas

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

em curso no momento, tal disponibilidade não será de todo possível a curto prazo, já não falando da necessidade de formação específica do tema, que apesar de não identificarmos ações de formação específicas adequadas, obrigaria a um grande período de início do projeto.

Consequentemente, uma empresa especializada nesta matéria, “V4B - Value for Business, Advisory Services, Lda”, propôs avaliar, para os períodos de 2010 e 2011, a hipótese do Município de Soure conseguir recuperar o IVA suportado.

Na análise ao período de 2010, esta empresa concluiu que o Município poderá obter um valor na ordem dos 41.000,00€, estando em perspectiva um valor semelhante para o exercício de 2011.

Assim, face ao exposto, parece-nos aconselhável proceder à contratação dos serviços da referida empresa, de forma a executar o processo de recuperação de IVA, para os anos de 2010 e 2011, pelo que se sugere a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 9.950,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto está contemplado na proposta de orçamento para o próximo ano de 2013.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- **V4B - Value for Business, Advisory Services, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art. 67º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
04/12/2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços. _____

Ponto 12. SERVIÇOS MUNICIPAIS

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

**. Gestão da Frota Automóvel
- Escolha do Procedimento Prévio**

Foi presente a seguinte Proposta:

PROPOSTA

**Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS
- GESTÃO DA FROTA AUTOMÓVEL**

Actualmente, o Município de Soure detém uma frota automóvel composta por 55 veículos, de diversas categorias.

O processo de gestão destes veículos é efectuado através do preenchimento de documentos de controlo, que evidenciam apenas os pontos de partida/chegada e os quilómetros percorridos.

No entanto, já existem no mercado soluções que disponibilizam uma maior variedade de informação, vital para uma melhor gestão da frota da Autarquia, e que possibilitará o seguinte:

- Localização da viatura a qualquer momento, em qualquer ponto do país, através de sistema GPS;
- Identificação da viatura mais próxima de determinado ponto;
- Planificação das rotas;
- Identificação individual dos condutores que utilizem os veículos;
- Alertas em tempo real de situações pré-parametrizadas, tais como: utilização de veículos fora do horário previsto, excesso de velocidade, desvio da rota definida, etc.

Com este serviço julgamos que poder-se-á reduzir custos no consumo de combustíveis e na manutenção das viaturas, entre outros benefícios.

Propomos, numa primeira fase, que fiquem abrangidos por este serviço 29 veículos, sendo estes os que registam um maior número de quilómetros efectuados e de consumo de combustível.

O valor estimado deste serviço, por um período de 12 meses, é de 6.700,00€.

Assim, sugere-se o recurso à figura do ajuste directo, conforme decorre da informação técnica que junta se anexa.

O Vereador *,
(Américo Nogueira)
11.12.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS

- **GESTÃO DA FROTA AUTOMÓVEL**
 - * **PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à prestação do serviço em epígrafe, sugere-se a V. Ex^a a aprovação dos seguintes pontos:

1. AJUSTE DIRECTO

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, no regime simplificado, uma vez que o valor do serviço é de 6.700,00, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecidos para o recurso a esta figura - cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer do Presidente da Câmara Municipal quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

O encargo previsto está contemplado na proposta de orçamento para o próximo ano de 2013.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- **G&M - Gestão e Controlo de Mobilidade, Lda.**

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art. 67º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
05/12/2012

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vereador *,
(Américo Nogueira)
11.12.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 13. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

- . Lei 49/2012, 29 de Agosto
- . Estatuto do Pessoal Dirigente
 - Adequação da Estrutura Orgânica
- . Proposta

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: ► Organização dos Serviços Municipais
Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto
Estatuto do Pessoal Dirigente
- Adequação da Estrutura Orgânica
• Proposta

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e dando cumprimento ao Despacho do Sr. Presidente de Câmara de 08/11/2012 elaborámos a informação que passamos a apresentar:

INTRODUÇÃO:

A Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, procede à adaptação à Administração Local da **Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro**, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril e 64/2011, de 22 de Dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado revogando o D.L. n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelos Decretos-lei n.os 104/2006, de 07 de Junho e 305/2009, de 23 de Outubro.

Esta Lei tem como âmbito de aplicação a "*Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, com excepção da secção III do Capítulo I, aplica-se ao pessoal das Câmaras Municipais...*".

Assim, considerando a redução dos cargos Dirigentes previstos nesta Lei, os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do D.L. n.º 305/2009, de 23 de Outubro, às regras e critérios mencionadas na nova Lei n.º 49/2012, até 31 de Dezembro de 2012 (cfr. n.º 1 do art. 25.º, da Lei n.º 49/2012).

A aplicação em concreto da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, ao Município de Soure implica a observação dos seguintes limites no que toca ao Pessoal Dirigente:

- Um de Director de Departamento;
- Quatro Chefes de Divisão;
- Uma Chefia Intermédia de 3.º Grau ou Inferior.

A esta "limitação" podem ser aplicados os ajustes decorrentes dos **mecanismos de flexibilidade**, conforme decorre da informação técnica jurídica n.º 147/2012.

Quanto à Chefia Intermédia de 3.º Grau ou Inferior, prevista no n.º 2 do art. 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, importa salientar o que refere o n.º 3 do mesmo dispositivo legal:

"... cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

experiência profissional, bem como da respectiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e a 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior”.

Nestes termos, procurando dar cumprimento ao legalmente estabelecido devem ser alterados os artigos 12.º e 13.º, do Capítulo II do actual Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, constante do Despacho n.º 1978/2011, publicado no Diário da República, II Série, n.º 18, de 26 de Janeiro de 2011.

CONSIDERANDOS:

→ **Na Estrutura Orgânica, actualmente em vigor estão previstos:**

- 2 Directores de Departamento (nenhum cargo provido);
- 4 Chefes de Divisão (dois cargos providos);
- 6 Chefias Intermédias de 3.º Grau (nenhum cargo provido).

→ **Assim sendo, a Estrutura Orgânica actualmente em vigor respeita “praticamente” na íntegra a nova Lei.**

De facto e em concreto, se for resolvida a questão das Chefias Intermédias de 3.º Grau, que têm a designação de Sectores, isto é, se, por exemplo, estes passarem a Serviços, e a Divisão da Acção Social e Saúde a Sector, já estaríamos num “quadro” de integral observação do previsto na nova Lei.

→ **A actual Estrutura Orgânica continua a permitir uma resposta considerada adequada e satisfatória à actual realidade municipal;**

→ **O Presidente de Câmara, no âmbito das suas competências, pode proceder sempre que quiser e dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal e pela Câmara, a alterações da Estrutura dos Serviços (cfr. art. 8.º da Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro);**

→ **Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, definir como proceder ao Recrutamento e Selecção dos Cargos de Chefia Intermédia de 3.º Grau, bem como, fixar o posicionamento remuneratório de entre a 3.ª e a 6.ª posições remuneratórias, da carreira geral de técnico superior (cfr. n.º 3 do art. 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto).**

→ **As Comissões de Serviço nos termos do n.º 1 do art. 18 da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto e do n.º 1 al c) da Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, cessam, por extinção ou reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda (situação aplicável às duas Comissões de Serviço existentes no Município de Soure com término a 11/01/2014).**

→ **Qualquer proposta de alteração “profunda” de uma Estrutura Orgânica deverá assentar num estudo prévio consistente e pormenorizado, o que não se nos afigura possível para já, face à premência temporal decorrente do prazo limite, até 31/12/2012.**

SUGESTÃO DE PROPOSTA:

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

→ **Manutenção da Estrutura Orgânica actualmente em vigor, apenas com as seguintes “pequenas” alterações concretas.**

- A Divisão de Acção Social e Saúde deverá passar a Sector de Acção Social e Saúde (Chefia Intermédia de 3.º Grau);
- O Sector de Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, deverá passar a Divisão de Planeamento nas Áreas de Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres;
- Os Sectores:
 - Mercados e Feiras, Indústria e Fiscalização Sanitária;
 - Saneamento e Salubridade;
 - Água, Energia, Turismo e Termalismo;
 - Protecção Civil e Ambiente;
 - Instalações e Equipamentos,

deverão passar a Serviços, isto é, deixarão de ser Unidades Orgânicas Flexíveis passando a Subunidades Orgânicas, resultando daí que, neles, deixará de ser possível a provisão de cargos de chefia intermédia de 3.º Grau.

Assim, ficariam previstos, 2 Departamentos, 4 Divisões e 1 Sector, sendo que, só poderão ser providos:

- 1 Director de Departamento;
- 4 Chefes de Divisão;
- 1 Chefia Intermédia de 3.º Grau.

Nestes termos, o art.º 14.º do Capítulo III do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, constante do Despacho n.º 1978/2011, publicado no Diário da República, II Série, n.º 18, de 26 de Janeiro de 2011, deverá ser alterado em conformidade.

Divisões

- 1 - (...)
- 2 - Divisão de Planeamento nas Áreas de Educação, Cultura e Desporto e Tempos Livres
- 3 - (...)
- 4 - (...)

Sectores

Sector de Acção Social e Saúde

Subunidades Orgânicas

- 1 - (...)
- 2 - a) Serviços Educativos
 - b) Biblioteca Municipal
 - c) Museu Municipal

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

- d) Serviços de Desporto e Tempos Livres
- 3 - a) Acção Social e Rede Social
- b) Saúde
- 4 - Serviços de Mercados e Feiras, Indústria e Fiscalização Sanitária;
- 5 - (...)
- 6 - Serviços de Saneamento e Salubridade
- 7 - Serviços de Água, Energia, Turismo e Termalismo;
- 8 - (...)
- 9 - Serviços de Protecção Civil e Ambiente
- 10 - Serviços de Instalações e Equipamentos

Juntamos Organigrama em conformidade -Anexo A-.

→ Os artigos 12.º e 13.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, constante do Despacho n.º 1978/2011, publicado no Diário da República, II Série, n.º 18, de 26 de Janeiro de 2011, deverão ser alterados, passando a ter a seguinte redacção:

Art. 12.º

Recrutamento e Selecção

1 - Os titulares de cargos de Direcção Intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos da legislação em vigor, possuindo no mínimo formação superior graduada de licenciatura e um mínimo de 3 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível as habilitações referidas.

2 - A Selecção deverá recair no candidato que melhor corresponda ao perfil pretendido.

Art. 13.º

Estatuto Remuneratório

No respeito pelo disposto no n.º 3 do art. 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, a remuneração dos titulares dos cargos de direcção Intermédia de 3.º grau corresponderá à 5.ª posição remuneratória da carreira de Técnico Superior.

→ **Manutenção das duas Comissões de Serviço existentes no Município de Soure com termos a 11/01/2014:**

- **Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento** (Eng.ª Maria José de Oliveira Carvalhão);
- **Divisão de Obras Públicas e Municipais** (Eng. Mário Fernando Rodrigues Monteiro).

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 04 Dezembro de 2012

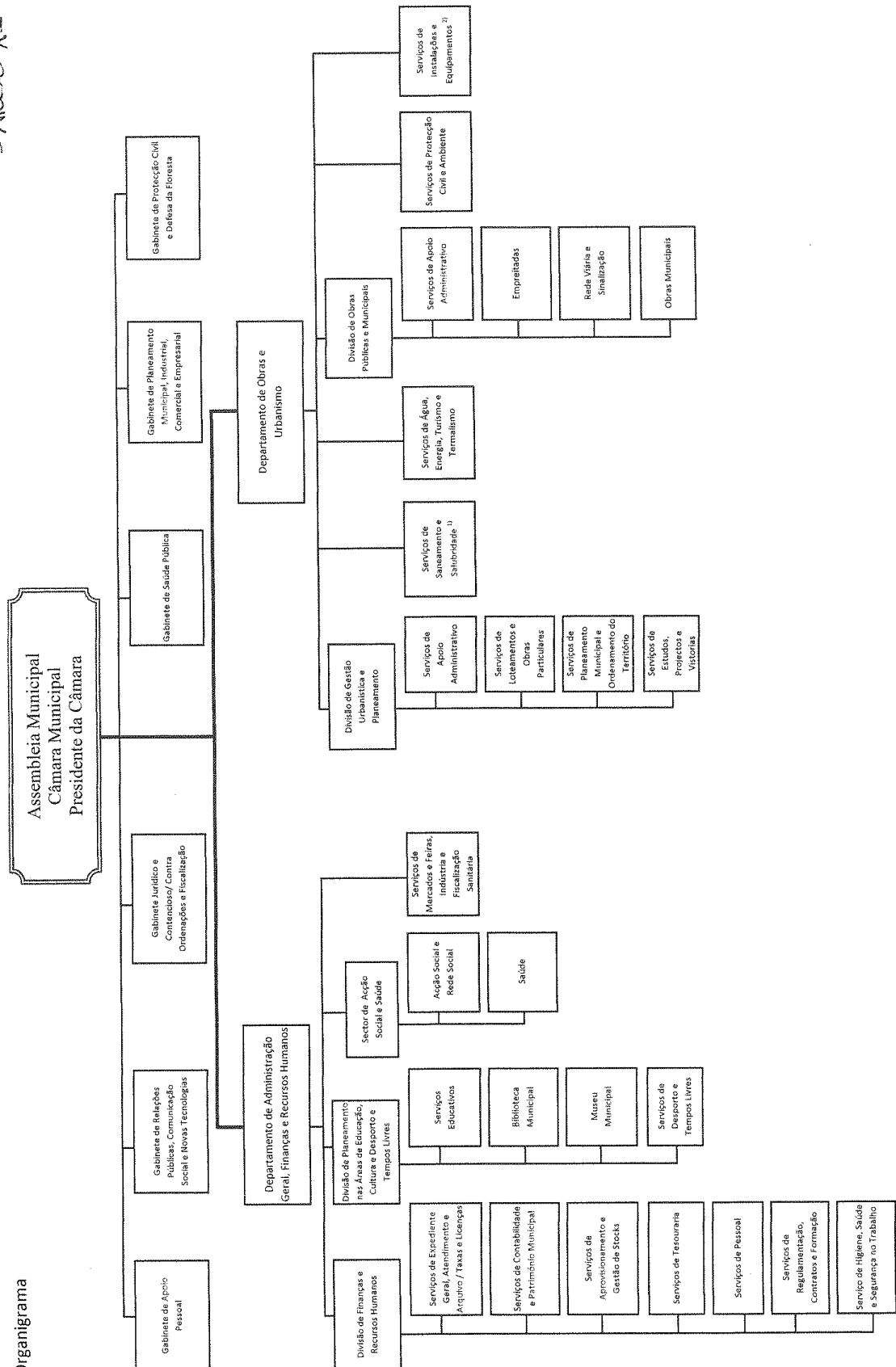
A Técnica Superior,
(Carla Madeira, Dra.)

A Técnica Superior,
(Susana Ramos, Dra.)

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

— Anexo A —

Organigrama



1) - Rede de Escolas; Resíduos; Higiene Pública; Cemitérios

2) - Instalações Municipais, Oficinas, Máquinas e Viaturas, e Equipamento Urbano

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

c

**Assunto: ► Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto
Estatuto do Pessoal Dirigente
- Adequação da Estrutura Orgânica**

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e na sequência do determinado superiormente, fizemos o enquadramento jurídico da situação em apreço e elaborámos a informação que passamos a apresentar:

A Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, procede à adaptação à Administração Local da **Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro**, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril e 64/2011, de 22 de Dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado revogando o D.L. n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelos Decretos-Leis n.os 104/2006, de 07 de Junho e 305/2009, de 23 de Outubro.

Saliente-se que, a actual Estrutura Orgânica do Município de Soure segue o modelo da Estrutura Hierarquizada, sendo composta por duas unidades orgânicas nucleares, 10 unidades orgânicas flexíveis e 32 subunidades orgânicas.

- Os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do D.L. n.º 305/2009, de 23 de Outubro, às regras e critérios previstos na presente Lei até 31 de Dezembro de 2012 (n.º 1 do art. 25.º).

COMPETÊNCIAS:

→ **Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara:**

- **aprovar o modelo da estrutura orgânica** (cfr. art. 6.º al a) da Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro);
- **aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares** (cfr. art. 6.º al b) da Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro);
- **definir o n.º máximo de unidades orgânicas flexíveis** (cfr. art. 6.º al c) da Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro);
- **definir o n.º máximo total de subunidades orgânicas** (cfr. art. 6.º al d) da Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro);
- **definir o n.º máximo de equipas multidisciplinares** (cfr. art. 6.º al e) da Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro);

→ **Nos termos do art. 7.º da Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal:**

- **criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respectivas atribuições e competências;**
- **criar equipas de projecto e criar equipas multidisciplinares, todas dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal.**

→ **Nos termos do art. 8.º da Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, compete ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

- **a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas de projecto e multidisciplinares, cabendo-lhe a afectação ou reafectação do pessoal do respectivo mapa, e, ainda, a criação a alteração e a extinção de subunidades orgânicas.**

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

Da leitura deste artigo podemos constatar que o Sr. Presidente de Câmara no âmbito das suas competências pode sempre que quiser e dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal e pela Câmara proceder a alterações da Estrutura Interna dos Serviços.

- Nos 30 dias posteriores à aprovação da adequação das respectivas estruturas orgânicas, os municípios devem enviar à Direcção-Geral das Autarquias Locais cópia das deliberações dos competentes órgãos autárquicos respeitantes à aprovação da adequação das estruturas orgânicas previstas na lei em análise (cfr. n.º 2 do art. 25.º, de 29 de Agosto, de 2012).

- Os municípios devem também no prazo de 30 dias posteriores à aprovação das respectivas estruturas orgânicas enviar à Direcção-Geral das Autarquias Locais, a lista de dirigentes em exercícios de funções e os prazos de termo das condições de serviço (cfr. n.º 6 do art. 25.º, de 29 de Agosto, de 2012).

Vejamos então algumas das normas publicadas na presente Lei e o seu impacto no Município de Soure:

Dispõe o art. 4.º da presente Lei que:

"1 - Os cargos dirigentes das Câmaras Municipais são os seguintes:

- a) Director Municipal, que corresponde a cargo de direcção superior de 1.º grau;*
- b) Director de Departamento Municipal, que corresponde a cargo de direcção intermédia de 1.º grau;*
- c) Chefe de Divisão Municipal, que corresponde a cargo de direcção intermédia de 2.º grau.*

2 - A Estrutura Orgânica pode prover a existência de cargos de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior".

Avaliação do seu impacto no Município de Soure:

1 a) - Cargo de Director Municipal (cargo de direcção superior de 1.º grau):

Nos termos do art. 6.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, este cargo apenas pode ser provido nos municípios cuja população seja igual ou superior a 100 000 - considerando n.º de população existente no Município de Soure este cargo não pode existir.

1 b) - Cargo de director de departamento municipal (cargo de direcção intermédio de 1.º grau):

Segundo o n.º 1 do art. 7.º da presente Lei, o cargo de director de departamento municipal apenas pode ser provido nos municípios com população igual ou superior a 40.000.

Dispõe, no entanto o n.º 3, que *"Os Municípios cuja participação no montante total dos fundos a que se refere o n.º 1 do art. 19.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, seja igual ou superior a 2º/∞ podem prover um director de departamento municipal, a acrescer aos providos nos termos dos números anteriores".*

De acordo com a informação técnica/económica que juntamos -Anexo 1-, que procedeu à avaliação do referido no parágrafo anterior, conclui-se que o Município de Soure pode prover um Director de Departamento.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

1 c) - Cargo de chefe de divisão municipal (cargo de direcção intermédia de 2.º grau):

Nos termos do art. 8.º:

"1 - O cargo de Chefe de Divisão Municipal pode ser provido em todos os municípios, nos termos das alíneas seguintes:

(...)

b) Nos Municípios com população igual ou superior a 10.000 podem ser providos 3 chefes de divisão municipal, aos quais pode acrescer um cargo de chefe de divisão municipal por cada fracção igual.

Para efeitos da presente Lei, entende-se por população o total da população residente e da população em movimento pendular (cfr. al a) do n.º 3 Lei n.º 49.º/2012, de 29 de Agosto).

- **População residente** é a população residente no território do município, de acordo com os dados do último recenseamento geral da população - **19.245** (cfr. al b) do n.º 3 Lei n.º 49.º/2012, de 29 de Agosto).

- **População em movimento pendular** é a população em movimento pendular em deslocação para o território do município, de acordo com os dados do último recenseamento geral da população - **1.121** (cfr. al a) do n.º 3 Lei n.º 49.º/2012, de 29 de Agosto).

Deste modo, o n.º total da população do Município de Soure é de 20.366, o que nos termos da al b) do art. 8.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, corresponde ao provimento de 4 Chefes de Divisão Municipal.

2 - Cargo de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior:

Nos termos do n.º 1 do art. 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, *"Todos os municípios podem prover um cargo de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior, a criar nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º"*.

Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respectiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e a 6.ª posições remuneratórias, da carreira de técnico superior (cfr. n.º 2 do art. 4.º e n.º 1 do art. 9.º da Lei n.º 49.º/2012, de 29 de Agosto).

3 - Cargos dirigentes ou de comando impostos por lei específica:

Estes cargos não são contabilizados para os limites previstos na presente lei.

São exemplos destes cargos: os relativos a corpos de bombeiros, polícia municipal, o serviço municipal de protecção civil e os serviços veterinários municipais (cfr. al a) do n.º 1 do art. 10.º da Lei n.º 49.º/2012, de 29 de Agosto).

EM SUMA:

A Estrutura do Município de Soure nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto pode ser constituída pelos seguintes cargos:

- Um de Director de Departamento;
- Quatro Chefes de Divisão;
- Uma chefia intermédia de 3.º Grau ou Inferior.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

A Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, estabelece no art. 21.º a figura dos Mecanismos de Flexibilidade.

O n.º 2 e o n.º 3 do art. 21.º desta Lei, dão a possibilidade de se prever mais dirigentes do que os que resultem da aplicação dos critérios previstos nos art. 6.º a 9.º desde que estes sejam "compensados" pelo não provimento de dirigentes de cargo e nível imediatamente superior.

O Município de Soure pode utilizar estes mecanismos de flexibilidade nas seguintes situações:

Situação A:

- 2 Departamentos (estando um deles previsto mas não provido);
- 4 Divisões;
- 1 Chefia intermédia de 3.º Grau.

Situação B:

- 1 Departamento;
- 5 Divisões (estando 5 previstas mas apenas 4 providas);
- 1 Chefia intermédia de 3.º Grau.

Situação C:

- 6 Divisões (estando 6 previstas mas apenas 5 providas);
- 1 Chefia intermédia de 3.º Grau.

Situação D:

- 4 Divisões
- 3 Chefias intermédias de 3.º Grau (estando 3 previstas mas apenas 2 providas);

Cessação da Comissão de Serviço:

No que à **sobrevivência da comissão de serviço** diz respeito, por intervenção da alínea c) do n.º do art. 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicável por força do n.º 1 do art. 18.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, **a comissão de serviço pode ser mantida desde que, na nova estrutura orgânica seja criada uma unidade do mesmo nível que suceda à anterior, à luz das respectivas designação, constituição e competências.**

Quanto à **cessação da comissão de serviço**, salientamos que os dirigentes **têm direito a uma indemnização quando, tendo completado pelo menos, 12 meses seguidos de exercício de funções dirigentes.**

A cessação da comissão ocorre na sequência da extinção ou reorganização da unidade orgânica ou da necessidade de imprimir nova orientação à gestão dos serviços e à cessação da comissão não se siga, imediatamente, novo exercício de funções dirigentes em cargo de nível igual ou superior ou exercício de outro cargo público com o nível remuneratório igual ou superior, indemnização esta que é calculada em função do tempo que faltar para o termo da comissão de serviço e no montante que resultar da diferença entre a remuneração base do cargo dirigente cessante e a remuneração da respectiva categoria de origem, não podendo, em caso algum, ultrapassar o limite máximo do valor correspondente à diferença anual das remunerações (cfr. artigos 34.º da LVCR, aprovada pela Lei n.º

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na actual redacção, e artigos 25.º e 26.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 49/2012).

Actualmente, o Município de Soure tem em efectividade de funções dois Chefes de Divisão:

→ **Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento:**

Eng.ª Maria José de Oliveira Carvalhão;

→ **Divisão de Obras Públicas e Municipais:**

Eng. Mário Fernando Rodrigues Monteiro

- **Início destas Comissões de Serviço - 11/01/2011**

- **Término das Comissões de Serviço - 11/01/2014**

Observe-se também que:

Segundo o art. 20.º da Lei em análise, *"Aos Municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira nos termos do disposto no art. 41.º da lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e os Municípios com um montante de endividamento líquido superior ao limite legalmente permitido, ainda que não tenha sido declarada a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira, é vedada a possibilidade de aumentar o número de dirigentes providos à data da entrada em vigor da presente lei."*

De acordo com a informação técnica/económica que juntamos -Anexo 2-, que procedeu à avaliação do referido no parágrafo anterior, conclui-se que o Município de Soure não se encontra em nenhuma das situações mencionadas, isto é, tem a possibilidade de aumentar o número de dirigentes providos dentro dos limites legais que lhe são aplicáveis atrás referidos.

Relativamente à **reposição de verbas indevidas**, dispõe o art. 22.º que: *"Sem prejuízo da responsabilidade civil, financeira e disciplinar a que houver lugar nos termos gerais, o pessoal que receba indevidamente remuneração e demais abonos inerentes a lugar dirigente fica obrigado à reposição das quantias recebidas, sendo solidariamente responsável pela referida reposição aquele que informe favoravelmente ou omita informação relativa ao provimento ou permanência de pessoal dirigente em violação do disposto na presente lei."*

CONCLUSÃO:

Face ao exposto, sugere-se que o Município de Soure reveja a sua Estrutura, adequando-a à nova Lei, até 31 de Dezembro de 2012.

RELEVE-SE QUE:

- A al n) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção que lhe é dada pela Lei n.º 5-A, de 11 de Janeiro, também dispõe sobre esta matéria, referindo que: **"Quem tem competência para aprovar a reorganização dos serviços é a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara".**

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

-

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 02 de Novembro de 2012

A Técnica Superior,

(Susana Ramos, Dra.)

DESPACHO:

Tomei conhecimento.

⇒ Ao c/: Carla Madeira, Dra.;

Susana Ramos, Dra.

... Elabore-se, sugestão de Proposta, em tempo útil.

2012.11.08

(João Gouveia, Dr., Presidente de Câmara)

e

- Anexo 1 -

Assunto: ► Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto

- Artigo 7.º, n.º 3 - Provimento de Directores de Departamento Municipal

De acordo com o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, - Lei das Finanças Locais -, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma transferência dos Recursos Públicos do Estado.

No exercício económico de 2012, a participação do Município de Soure no montante total dos Fundos foi de **6.821.209,00€**, representando uma percentagem de **2,987%**.

Observe-se que, o montante total dos Fundos transferido para os Municípios, em 2012, foi de **2.283.996.289,00€**.

Em suma, o Município de Soure, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 7.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, tem a possibilidade de prover um Director de Departamento Municipal, uma vez que a participação no montante total dos Fundos é **superior a 2%**.

À Consideração Superior,

Os Técnicos-Superiores,

(Nádia Gouveia, Dra.)

(Ivo Costa, Dr.)

02.11.2012

e

- Anexo 2 -

Assunto: ► Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto

- Artigo 20.º - Situação Económico-Financeira

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012***

De acordo com o previsto no artigo 41.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, - Lei das Finanças Locais -, conjugado com o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 07 de Março, a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira de um Município, pode ser declarada pela Assembleia Municipal, quando se verifiquem pelo menos três situações das estabelecidas no Decreto-Lei referenciado.

Sendo que o Município de Soure não verifica nenhuma das situações elencadas, **não se encontra em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira.**

Relativamente ao **Endividamento Líquido**, o Município de Soure **encontra-se abaixo do limite legalmente permitido**, definido no n.º 1 do artigo 66.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, - Lei do Orçamento de Estado de 2012.

Em conclusão, o Município de Soure cumpre os requisitos necessários, previstos nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, tendo a possibilidade de aumentar o número de dirigentes providos.

À Consideração Superior,
Os Técnicos-Superiores,
(Nádia Gouveia, Dra.)
(Ivo Costa, Dr.)
02.11.2012

e

Assunto: ► Estruturas Orgânicas - Adequação
(Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto)

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-nos informar:

A Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto, procede à adaptação à Administração Local da Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis nºs 51/2005, de 30 de Abril, e 64/2011, de 22 de Dezembro, **que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado.**

Dispõe o nº 1 do artº 25º que os **municípios devem aprovar a adequação das suas Estruturas Orgânicas**, nos termos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, às regras e critérios previstos na presente lei **até 31 de Dezembro de 2012.**

Estabelece, ainda, que nos **30 dias posteriores à aprovação** da adequação das respectivas Estruturas Orgânicas, **os municípios devem remeter cópia à Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) das deliberações** dos competentes Órgãos Autárquicos respeitantes à aprovação da **adequação das Estruturas Orgânicas previstas naquele diploma.**

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

Face ao exposto alertamos V. Ex.ª para o cumprimento do disposto na Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 13 de Setembro de 2012
A Técnica Superior,
(Carla Madeira)

DESPACHO:
À “Divisão” Jurídica.
Ao c/ Susana Ramos, p/ informação jurídica.
2012/09/20
O Presidente da Câmara,
(João Gouveia, Dr.)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Adequação da Estrutura Orgânica subscrita pelos Serviços Técnicos, a qual deverá ser submetida à Assembleia Municipal. -----

Ponto 14. RECURSOS HUMANOS
. SIADAP // 2013
- Objectivos Estratégicos

Foi presente a seguinte Proposta:

- CICLO ANUAL DE GESTÃO -
SIADAP - 2013

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

PROPOSTA

(De acordo com o disposto no n.º 1 do Art.º 4.º e a) do Art.º 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04/2009)

- * **...Continuar...** A Melhorar o Atendimento e o Relacionamento com os Municípios.
- * **... Continuar...** A Manter Bons Níveis de Investimento Público, designadamente, maximizando o Aproveitamento de Fundos Comunitários, por via da concretização de Projectos com Candidaturas Aprovadas no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional).
- * **...Continuar...** A Alargar e a Melhorar as Redes de Infraestruturas Básicas.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

- * **...Continuar...** A Potenciar o Crescimento do número de Famílias Residentes, humanizando, ainda mais, as condições de vida no Concelho, concretamente:
- ⇒ Mantendo a aposta prioritária na Educação e Qualificação das Pessoas;
 - ⇒ Procurando garantir a Todos o Acesso à Cultura e à Prática Desportiva;
 - ⇒ Assegurando Mais e ainda Melhor Acção Social aos que mais precisam;
 - ⇒ Contribuindo para a existência e funcionamento de uma cada vez Melhor rede de cuidados de Saúde;
 - ⇒ Colaborando, articulando e conjugando esforços com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, procurando-se, assim, que a Protecção Civil garanta tranquilidade e Segurança às Pessoas;
 - ⇒ Assumindo uma Política Fiscal Autárquica socialmente eficaz;
 - ⇒ Promovendo uma relação saudável com a Natureza, sempre com a Defesa e Valorização do Ambiente como pano de fundo;
 - ⇒ Aprovando as alterações ao Ordenamento do Território consideradas necessárias e adequadas, naturalmente coerentes com o previsto nos Planos Regional e Nacional.
- * **...Continuar...** A Estimular o Aumento e a Defesa do Emprego no Concelho.
- * **...Continuar...** A Sensibilizar a Administração Central para a realização de Investimentos da sua competência que consideramos absolutamente necessários.

Obs.: - Esta Proposta, como não poderia deixar de ser, é coerente com a apresentada para as Grandes Opções do Plano - PPI/AMR - e Orçamento//2013.

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
10.12.2012

e

Assunto: - SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública)
- Ciclo de Gestão
• Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro
• Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do determinado superiormente, fizemos o enquadramento legal da situação em apreço e elaborámos a informação que passamos a apresentar:

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, veio instituir o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, adiante designado por SIADAP. Este sistema visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços públicos, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

Posteriormente, o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro, procedeu à adaptação deste sistema de avaliação (SIADAP) aos serviços da Administração Autárquica.

Segundo art. 5.º do Decreto Regulamentar mencionado, o **SIADAP articula-se com as fases do ciclo anual de gestão das unidades orgânicas, dos dirigentes e dos trabalhadores**, fases que passamos a enunciar:

- **Fixação dos objectivos de cada Unidade Orgânica para o ano seguinte, tendo em conta as suas competências orgânicas, os objectivos estratégicos plurianuais determinados pelo órgão executivo, os compromissos assumidos na carta de missão pelo dirigente superior, quando exista, os resultados da avaliação do desempenho e as disponibilidades orçamentais;**
- **Aprovação do orçamento e aprovação, manutenção ou alteração do mapa do respectivo pessoal, nos termos da legislação aplicável;**
- **Definição das actividades para o ano seguinte, indicadores de desempenho da entidade e de cada unidade orgânica;**
- **Monitorização e eventual revisão dos objectivos da entidade e de cada unidade orgânica, em função de contingências não previsíveis ao nível político ou administrativo;**
- **Elaboração do relatório de actividades, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e o relatório de auto-avaliação previsto no presente Decreto Regulamentar.**

Dispõe o art.º 6.º do diploma supra referido, que este sistema integra três componentes:

- **A Avaliação do Desempenho das Unidades Orgânicas dos Municípios (SIADAP 1);**
- **A Avaliação do Desempenho dos Dirigentes dos Municípios (SIADAP 2);**
- **A Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores das Autarquias Locais (SIADAP 3).**

Estes subsistemas funcionam de forma integrada pela coerência entre objectivos fixados no âmbito do sistema de planeamento, objectivos do ciclo de gestão da entidade, objectivos das unidades orgânicas, objectivos fixados na carta de missão dos dirigentes superiores, quando existam, e objectivos fixados aos demais dirigentes e trabalhadores (cfr. n.º 2 do art. 6.º do DR n.º 18/2009).

No que se refere à avaliação do desempenho das **Unidades Orgânicas** (SIADAP 1), dispõe o art. 7.º do Decreto Regulamentar, que as mesmas **dependem directamente dos membros do órgão executivo, e devem ser avaliados anualmente sempre em articulação com o ciclo de gestão do Município.**

Nos termos do art. 8.º do Decreto Regulamentar, a avaliação do desempenho das Unidades Orgânicas realiza-se com base nos seguintes parâmetros:

- **Objectivos de eficácia (alcance e obtenção dos objectivos e resultados);**

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Dezembro de 2012

- Objectivos de eficiência (relação entre bens produzidos e serviços prestados e os recursos utilizados);
- Objectivos de qualidade (forma de satisfação das necessidades dos utilizadores).

Estes objectivos são propostos pela Unidade Orgânica, até 30 de Novembro do ano anterior a que respeitam, ao membro do órgão executivo de que dependa e são por este aprovados, até 15 de Dezembro (cfr. n.º 2 do art. 8.º do DR n.º 18/2009).

Em cada Unidade Orgânica são definidos:

- a) Indicadores de desempenho para cada objectivo e respectivas fontes de verificação;**
- b) Mecanismos que sustentem os níveis de graduação podendo ser fixadas ponderações diversas a cada parâmetro e objectivo, de acordo com as unidades orgânicas.**
 - A proposta de objectivos apresentada pela Unidade Orgânica ao membro do executivo, deve ser acompanhada dos instrumentos (comuns a todas as unidades) que permitam o acompanhamento e monitorização concomitante, da execução de cada um dos objectivos (n.º 2 do art. 9.º).
 - Trimestralmente o dirigente da Unidade Orgânica deve apresentar um relatório sintético da execução e de adopção de medidas de melhor desempenho ou de revisão dos objectivos em função de contingências não previstas ao nível político ou administrativo (cfr. n.º 3 do art. 9.º).
 - Até 15 de Abril do ano seguinte a unidade orgânica deve apresentar um relatório do desempenho da unidade orgânica ao membro do órgão executivo evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados (cfr. art. 10.º).

CONCLUSÕES:

- i) Para se proceder à implementação do SIADAP para o ano de 2013, o órgão executivo da Câmara Municipal deve aprovar através de uma Proposta, os objectivos estratégicos plurianuais (cfr. n.º 1 do art.4.º e al a) do art. 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro);**
- ii) Posteriormente, e com base nos objectivos plurianuais estratégicos já aprovados, o dirigente máximo de cada unidade orgânica deve propor os objectivos operacionais para a sua unidade orgânica até 30 de Novembro do ano anterior a que respeitam, ao membro do órgão executivo de que dependa, sendo por este aprovados até 15 de Dezembro (cfr. n.º 2 do art.8.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro);**
- iii) Os objectivos individuais para os dirigentes intermédios e demais trabalhadores, são definidos a posteriori, pelo respectivo avaliador, de acordo com os objectivos aprovados para a unidade orgânica.**

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012**

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 06 de Dezembro de 2012

A Técnica Superior,
(Carla Madeira)

A Técnica Superior,
(Susana Ramos)

Despacho:

Tomei conhecimento.

⇒ Deverá ser preparada Proposta
de Objectivos Estratégicos para
ser apreciada em Reunião de Câmara.

2012.12.07

(João Gouveia, Dr., Presidente de Câmara)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta do Senhor Presidente, conforme decorre da
informação técnica/jurídica. -----*

Ponto 15. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2012
. Apreciação de Propostas de Alteração -11.ª/11.ª -

*Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas
(2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração -
11.ª/11.ª -. -----*

Ponto 16. ANAFRE (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS)
**- Projecto de Lei N.º 320/XII/2.ª – Reorganização Administrativa do
Território das Freguesias**

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 17. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

**17.1. Projecto de Lei N.º 320/XII/2.ª – Reorganização Administrativa do Território
das Freguesias**

Foi tomado conhecimento. -----

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Dezembro de 2012*

17.2. Programa “Prós e Contras”

Foi tomado conhecimento. _____

17.3. Proposta de Lei que Altera a Lei de Delimitação de Sectores
- Parecer

Foi tomado conhecimento. _____